

11 SET 1988

Monopólio do Silêncio ANc- P88

A confusão ideológica armada no Congresso Nacional para defender a reserva de mercado na informática vem ameaçando sistematicamente se espalhar nas telecomunicações, e a Constituinte pode se transformar num trampolim para que essa área se feche ainda mais ao capital e ao *know-how* privado, nacional e estrangeiro.

Ninguém discute se um país deve ou não controlar o fluxo de dados transfronteiras (transborder data flows), ou se as telecomunicações de um modo geral interessam ao Estado ou apenas às empresas privadas. Todos os países exercem controles rigorosos sobre suas linhas, sistemas de telefonia, satélites e meios de comunicação nacional ou internacional.

No entanto, a tendência predominante no mundo é pela desregulamentação e o estímulo à competição, desde simples centrais telefônicas até complexos sistemas de uso de satélites, fibras óticas ou grandes centrais de comutação. Até países que inauguraram sistemas socialistas, como a Espanha, não fugiram a um misto de participações do Estado de nacionais e de estrangeiros em seus sistemas. Na Espanha socialista o Estado é minoritário no controle da telefonia, e os capitais estrangeiros foram convidados a subscrever uma quarta parte da fatia do capital aberto ao público.

Na Grã-Bretanha o sistema de telefones foi privatizado, com os novos acionistas controladores assumindo o compromisso de investir nas regiões de interesse social, ainda quando deficitárias. As revoluções nas fibras óticas, os sistemas de baixo custo para transmissão regional de dados e a melhoria vertiginosa nos transportes têm determinado, em todo o

mundo, uma revolução paralela nos sistemas de telefonia, rádio, televisão, canais de voz, de dados e correios. O advento do correio eletrônico, apenas a título de exemplo, mostra como os conceitos de comunicação mudaram e se aperfeiçoaram. Uma linha que transmite dados a 4.800 caracteres por segundo torna obsoleto um telex que viaja a 50. Como se ajustar ao mundo moderno com a asfixia do Estado?

A taxa de investimentos sobre o Produto Interno Bruto vem caindo nos últimos anos, chegando abaixo de 17 por cento. O Plano Bresser propunha 19,5 por cento para este ano e um crescimento para 21 por cento em 1988, chegando a 24,8 por cento em 1991. Telecomunicações requerem tarifas ou poupança para crescer. De onde se irá tirar o dinheiro num quadro onde a Constituinte acena para mais monopólios e menos participação do capital estrangeiro, alegadamente para preservar a pureza da tecnologia nacional? É preciso parar com a xenofobia, verificando até mesmo as experiências cooperativas bem-sucedidas em outras áreas, como na indústria aeronáutica.

O Brasil tem hoje 9,2 telefones por 100 habitantes, contra 83 nos Estados Unidos, 92 na Suécia, 78 no Japão. Estamos abaixo até mesmo da Argentina. A proposta de um Conselho Nacional de Comunicações na Constituinte não passa de uma nova tentativa para enquadrar o país numa espécie de novo Conin, como o que nasceu com a informática. O Congresso deve se reservar apenas o papel de fixar critérios e diretrizes, que devem se inspirar no liberalismo com que em todo o mundo a indústria de informações está se desenvolvendo. O Brasil não pode se arriscar a um monopólio do silêncio.